

# CEDI

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Diário do Pde ABL

Class.: 558

Data: 20.04.89

Pg.: \_\_\_\_\_

### 190 Índios demonstram maturidade política

Felizmente as populações indígenas do País não estão contaminadas apenas pelas doenças da civilização. A epidemia democrática chegou ao Xingu e, ali também, a organização em torno de reivindicações e direitos está sendo capaz de transpondo os mais incríveis obstáculos, ampliar o eco da batalha. Ontem, no Dia Nacional do Índio, os jornais noticiaram a primeira vitória do movimento dos txucarramãe: o governo admitiu, finalmente, desapropriar e entregar àquela comunidade os 15 quilômetros de terra às margens do rio Xingü – item que intensificou os conflitos naquela área.

A garantia da desapropriação da faixa, feita pelo ministro do Interior, Mário Andreazza, ao cacique-deputado Mário Juruna, é uma conquista que, se vier realmente a ser concretizada, chegará com muitos anos de atraso. Desde a construção da estrada Brasília-Manaus, a sobrevivência dos indígenas foi ameaçada e os grupos, liderados pelo altivo cacique caipó Raoni, gritam pelo menos há 13 anos pela demarcação de uma faixa de isolamento que possa solucionar os problemas criados pela rodovia. A chamada estrada da integração, ao atrair para a área vários fazendeiros, levou também a fome – através do desmatamento que afugentou a caça – e as doenças brancas que vem dizimando os índios.

O estabelecimento de uma faixa de segurança entre as fazendas da região e o Parque Xingu, além de garantir o alimento dos txucarramãe, dificultará o contato pernicioso com os brancos. É fundamental, portanto, mas não encerra a discussão da causa indígena, que envolve a retomada (iniciada, aliás, pelo deputado Juruna) do respeito por essa minoria enquanto signo de brasilidade.

O desrespeito aos índios não ocorre apenas quando seu território é rasgado por projetos duvidosos, ou explorado em benefício de pequenos grupos privados – empresas e garimpeiros que hoje, sem respaldo de lei, já invadem as áreas, enquanto aguardam decreto que pretende escancarar o *habitat* à mineração – mas começa na estrutura autoritária da Fundação Nacional do Índio, entidade que tem se mostrado cada dia mais insensível ao problema das terras e às diversas preocupações dos índios. Inábil na interpretação das necessidades desses grupos, o atual presidente da Funai, Otavio Ferreira Lima, têm, com sua intransigência, agravado os conflitos, deixando evidente o ranço preconceituoso e a falta de jeito, própria da inexperiência, no trato com as comunidades.

Ao cancelar, por exemplo, reunião marcada com caciques respeitadas como o chefe Raoni, Lima provocou ofensa séria, respon-

da à altura na linguagem destemida própria dos índios: sequestros, reféns, e captura da balsa. Não é à toa, portanto, que seu afastamento vem sendo exigido, antes do reinício das negociações.

Os índios exigem, ainda, modificação no percurso da BR-080, que atualmente atravessa a reserva ao meio. Se o objetivo da estrada é realmente o de integrar, nada impede a acolhida da sugestão: quanto mais longa, melhor. O atual presidente da Andreazza, ministro dos Transportes à época da construção da estrada, embora não se sinta, como afirmou a Juruna, responsável por ela, garantiu defender novo traçado para a rodovia junto ao atual ministro, Cloraldino Severo.

O avanço, entretanto, é insuficiente para breçar a acelerada desorganização das comunidades indígenas, que devem começar, a partir de agora, a contar com maior apoio dos partidos e movimentos comprometidos com a construção democrática. A questão do índio, cada vez mais ligada às lutas gerais por justiça e preservação de direitos, não pode ficar restrita à pregação comovente – mas isolada – de Juruna, ou às análises dos antropólogos e sertanistas. Se, nesse recente episódio dos txucarramãe, os índios provaram que são suficientemente maduros para se organizarem ainda não prescindem, neste momento, do reforço dos setores da sociedade branca, que mal ou bem, dispõem de maiores canais e espaços políticos.

É por esse motivo que o Congresso Nacional não deverá permitir o retrocesso na situação política do índio, que representaria a aprovação do artigo 3º do projeto de Código Civil, matéria que deverá ir à votação em breve. Ela torna os índios “absolutamente incapazes”, como os dementes e as crianças. Essa distorção jurídica os colocaria sob tutela completa da Funai, cuja discussão de capacidade, aliás, é muito mais premente. Se hoje os indígenas são considerados “relativamente capazes” para os atos da vida civil, isso não significa que o grupo é formado por débeis mentais, e sim que, por causa das diferenças culturais que o separam da sociedade dita civilizada, ele precisa ser protegido pelo Estado em certas operações. Realmente, os índios não são espertos, no sentido pejorativo que a palavra tem principalmente em questões de negócios. Mas sabem o que querem e até identificam algumas negáveis facetas, distorcidas no nosso modo de viver, que não existem em sua sociedade. Considerá-los incapazes é assumir um preconceito racial, que já foi banido do coração brasileiro desde a Abolição.